



Modismos Editoriais: Realidade Construída¹

Janaína Salles FONSECA²

Resumo

Este estudo pretende dar um novo direcionamento para o entendimento da relação entre a mídia e a sociedade, através da leitura de casos que tiveram grande repercussão jornalística. Ao estudar alguns fatos e a cobertura midiática deles feito, percebemos a criação de novas linhas editoriais, o que denominados de modismos editoriais como “contrutores” de uma nova realidade social. Partimos de questionamentos. Qual o conceito de notícia? Quem define esse conceito? Que espaço deve ser destinado a cada caso e por quê? Alguns manuais de jornalismo e redação parecem ter essa resposta pronta. Mas essa é uma questão subjetiva, colocada em prática pelo editor, personagem central deste trabalho. Não pretendemos achar verdades, mas lançar uma luz sobre a questão que permeia tanto o dia-a-dia dos profissionais de jornalismo.

Palavras-chave: notícia; editor; modismo; sociedade; realidade.

Introdução

A criminalidade urbana e a violência em família ocupam maciçamente o espaço dos meios de comunicação. Crimes dos mais variados enredos, de graus de importância diferentes, superam outros temas e ganham os jornais, revistas, a internet e a televisão. Por detrás de cada decisão em relação ao que publicar, o conceito do que é notícia – seu grau de relevância – e o tratamento que será dado ao fato, está o editor. Com a função de selecionar, a partir da visão do dono do veículo, as matérias que serão publicadas, como um pedreiro que, a partir das instruções do engenheiro, vai levantando a casa e dá os retoques finais. Mas esta não é uma afirmação óbvia. O editor não apenas executa, mas desfruta de uma certa liberdade de influência, decisiva sobre o resultado do produto.

Este estudo pretende desmistificar, e colocar em questão, o editor como ser passivo, considerando que suas decisões não são pautadas apenas por regras pré-estabelecidas, como o conceito do que é notícia ou mesmo os interesses do(s) dono(s) dos meios de comunicação, claramente explicitado nos modelos editoriais de cada

¹ Trabalho apresentado na Sessão Jornalismo e Editoração, da Altercom – Jornada de Inovações Midiáticas e Alternativas Experimentais, evento componente do XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Bacharel em Jornalismo pelo Centro Universitário da Cidade. Autônoma, email: janasalles@yahoo.com.br.



veículo. Até mesmo a escolha de editores de outros veículos influencia nas decisões do profissional tanto quanto os manuais de redação e a vivência de cada um. A intenção desse estudo é fazer refletir jornalistas, leitores mais atentos e, principalmente, os próprios editores, nossos personagens centrais, sobre os fatores que determinam essas escolhas e as conseqüências dessas edições.

Partindo do pressuposto de que a imprensa e a sociedade realizam uma troca de influências constantes – enquanto a mídia determina o que vai ao ar, ou será publicado no jornal, ela reflete o que acontece em sociedade: um círculo vicioso sem subordinados e subordinadores – é importante questionar sobre uma possível banalização da violência, o caos urbano. Apesar do estudo não pretender responder às questões mais íntimas da sociedade, é preciso ter consciência de que a massificação e a repetição dos enredos podem levar a uma visão fria, por parte da opinião pública, em relação aos atos de violência.

Através da cobertura jornalística dos casos Suzane³, ocorrido em outubro de 2002, e Isabella⁴, que aconteceu em março de 2008, tentamos traçar o que levou editores a darem aos fatos lugar nobre no noticiário. Detectamos em nosso trabalho o desdobramento de um série de outros casos semelhantes ao da adolescente e ao da menina jogada pela janela, respectivamente relacionadas aos casos Suzane e Isabella, o que convenciamos chamar de *modismo editorial*.

Violência: o caos urbano

Existe um grande número de trabalhos destinados a estudar a violência e suas conseqüências. São milhares de livros que documentam as várias fases da história e o retrato da violência causada por questões políticas, sociais e econômicas. No Brasil, por exemplo, o êxodo rural e o conseqüente inchaço das grandes cidades, as crises econômicas e a falta de planejamento para lidar com essas situações, desenharam um país repleto de contrastes sociais, que convivem diariamente entre si – o abismo da desigualdade. O estudo inclui a análise histórica da violência, que se mistura com o surgimento da civilização, para tentar retratar como a evolução da criminalidade foi abrindo espaço na mídia brasileira.

³ Suzane Louise Von Richthofen participou do assassinato dos pais – Manfred Albert e Marísia Von Richthofen – em outubro de 2002.

⁴ Isabella de Oliveira Nardoni, de 5 anos, foi jogada do sexto andar do prédio onde o pai morava, em março de 2008.



E, a partir desse ponto, tentar entender porque os casos Suzane e Isabella ganharam status na imprensa e iniciaram *modismos editoriais*. A violência, como definiu Yves Michaud e interpretou Diana Damasceno no ensaio Entre o Sensacional e o Banal⁵, “está ligada à idéia de desordem, categorias preestabelecidas por normas e regras de um determinado contexto social. A palavra violência seria assim ‘como a denominação de uma situação de caos absoluto’”. Já Jurandir Freire Costa, em A Ética e o espelho da cultura⁶, definiu a prática do ato violento, salientando que ao tirar o valor do outro o homem se sente imune a qualquer responsabilidade, permitindo-lhe, desta forma, cometer brutalidade contra o outro sem qualquer constrangimento. Podemos entender assim porque a sociedade elege esse ou aquele acontecimento como hediondo, excluindo aqueles que acredita envolver seres “inferiores”.

Crueldade é o ato ou desejo de fazer sofrer física e moralmente a si ou ao outro. Fazer mal ao outro, humilhando-o ou agredindo sua integridade corpórea, é uma conduta indesejável ou hedionda, conforme o grau da ofensa, mas que pode ser facilmente aceita. Basta desumanizar o próximo. Basta acreditar que ele não é um sujeito moral como “nós” para que a crueldade cometida não seja tão percebida em seu horror. (COSTA, Jurandir, 1994, p.57).

A violência é inerente ao ser humano e deve ser encarada dessa forma. Todos os indivíduos têm a capacidade de utilizar a brutalidade para a obtenção de um objetivo qualquer. Segundo Hannah Arendt, em A condição humana⁷, o erro de interpretação e a tentativa de equacionar esses erros, somados a uma leitura moderna equivocada, leva à dificuldade de interpretação dos limites das esferas pública e privada. A visão moderna de sociedade confunde o entendimento entre o que é da competência da vida pública e o que se encaixa no campo da vida privada, ou de responsabilidade de cada um.

Para Arendt, a família (que representa a vida privada) significa para o indivíduo a sobrevivência, em que o homem desempenhava o papel de provedor do grupo familiar, enquanto que à mãe cabia a reprodução da espécie, simbolizado pelo parto. A autora conclui acerca do assunto que a vida em família representava as necessidades de cada indivíduo e suas limitações. Em contrapartida, à vida pública era incorporado o sentido de liberdade, que não se podia exercer na esfera privada. Mas para ter a segunda, era preciso primeiramente obter êxito na esfera familiar.

⁵ DAMASCENO, Diana. Caderno de Cultura do Instituto de Ações Sociais da UniverCidade, p.86. Rio de Janeiro: Ed. UniverCidade, 2003.

⁶ COSTA, Jurandir Freire. A Ética e o Espelho da Cultura. Rio de Janeiro: Ed. Rocco, 1994.

⁷ ARENDT, Hannah. A Condição Humana. Rio de Janeiro: Ed. Companhia das Letras, 1995.



O que se tem, pela análise de Arendt, é um breve perfil das funções do homem e da mulher, conceitos instituídos na Idade Média, contrapondo-se aos dias de hoje, em que há falência total desses paradigmas, provocados por drásticas mudanças no papel do homem e da mulher em sociedade. O feminismo e suas conseqüências, a liberação sexual e a própria evolução social, levaram o ser humano a repensar seu papel em sociedade.

O momento é de transformação e de uma certa indefinição das funções do homem e da mulher dentro da nova realidade. Não há mais espaço para o modelo anterior, mas podemos detectar ainda alguns “hábitos” antigos dos dois sexos, que se confundem hoje com uma troca de valores e funções entre o homem e a mulher – com homens mais “femininos” e mulheres mais “masculinas”. Enquanto a mulher tem a “liberdade” e não sabe o que fazer com ela, o homem não sabe lidar com essa nova mulher.

Se havia uma relação entre as duas esferas era que a vitória sobre as necessidades da vida em família constituía a condição natural para a liberdade na polis (...) Em todos esses casos é a liberdade (e em alguns casos a pseudoliberalidade) da sociedade que requer a justificativa a limitação da autoridade política. A liberdade situa-se na esfera do social, e a força e a violência tornam-se monopólio do governo (...) a força e a violência são justificadas nesta última esfera por serem os únicos meios de vencer a necessidade (...) Uma vez que todos os seres humanos são sujeitos à necessidade, têm o direito de empregar a violência contra is outros. (ARENDR, Hannah, 1995, p.40).

Se o bom desempenho da esfera familiar determina a plena liberdade na esfera pública, há um grande problema social com a quebra da instituição *família*, gerando desconforto para a sociedade, que se depara então com o inesperado, com o novo – um momento de reconstrução de valores.

Casos Suzane e Isabella X Mídia

Diversos fatos e acontecimentos ganham grande destaque na imprensa. Destacamos dois deles aqui. O caso Suzane aconteceu no dia 31 de outubro de 2002, no Brooklin, bairro nobre de São Paulo. Suzane Louise Von Richthofen, uma jovem de classe média alta, loira, estudante de direito, participou do assassinato dos pais – Manfred Albert e Marísia Von Richthofen - planejando como seria feito e facilitando o acesso do namorado e do cunhado a sua residência. O principal motivo apontado por



Suzane para cometer o delito seria que os pais não concordavam com o seu namoro. Os três (Suzane, o namorado e ocunhado) foram condenados pela morte do casal Richthofen.

Mais recente, o caso Isabella tinha um ingrediente a mais: a vítima era uma criança. Na noite de 29 de março de 2008, Isabella de Oliveira Nardoni, menina de classe média de apenas 5 anos, “caiu” do sexto andar do Edifício London, em Tucuruvi, São Paulo, onde o pai dela morava. O pai Alexandre Nardoni e a madrasta Anna Carolina Jatobá negam ter cometido o delito. Mesmo assim foram acusados pela morte da menina, estão presos e respondem a processo por homicídio triplamente qualificado.

Por inúmeros motivos a sociedade aceita facilmente que a violência ocorra quando envolve classes de menor poder aquisitivo, mas se incomoda quando essa brutalidade passa a invadir o território de uma pequena quantidade de pessoas pertencentes às classes mais favorecidas. Não apenas por ser mais fácil aceitar a violência quando se desumaniza alguém, mas também porque a mídia, pelas condições de seu surgimento no Brasil, retrata a visão de um pequeno grupo que detém o poder da comunicação.

Sabemos que a atividade jornalística é pautada em alguns conceitos que norteiam os profissionais para o desenvolvimento de seu trabalho no dia-a-dia das redações. Muitos desses conceitos estão contidos nos manuais de redação, desenvolvidos pelos veículos para auxiliar o jornalista em suas decisões. Digo, norteia, pois nessa profissão a cada dia situações diferentes aparecem e o jornalista precisa saber resolvê-las.

O principal conceito a ser questionado nesse estudo é o de notícia, pois é ela que constrói o jornalismo. E para que seja mais facilmente compreendido, é preciso entender o que é notícia, por que a criminalidade vende e como é feita a seleção editorial que dará o tom final ao veículo, seja ele da mídia escrita ou audiovisual.

A notícia é a matéria-prima do jornal, a base de tudo o que é publicado, da nota mais alegre ao mais sério editorial. (...) Ela comanda o ritmo de trabalho, determina horários, impõe gastos, provoca edições extras. Sem ela não haveria o que dizer, comentar, criticar ou elogiar. (AMARAL, Luiz 1978, p.39)

Vários estudiosos definem a notícia como uma informação que interessa a um grande número de pessoas, aquilo que ainda não foi dito, um fato inusitado, com ingredientes de emoção para prender o leitor. A notícia deve ser interessante para



satisfazer o leitor e vender jornal. A premissa de que a notícia deve dar lucro, por ser publicada e veiculada por instituições privadas, foi incorporada ao conceito original da imprensa, que é ser o “olho” da sociedade – com a função de fiscalizar, criticar, detectar transgressões às leis e fatos relevantes.

Para entendermos que tipo de informação gera interesse em um grande número de pessoas, podemos destacar a definição de Luiz Amaral⁸, quando ele afirma que o homem se interessa mais com o que tem a ver com ele mesmo, com seus próximos ou semelhantes, entendendo por semelhantes aqueles em que ele se projeta. “O interesse humano é antes de tudo de natureza sentimental. (...) Isto significa que ele (o repórter) precisa descobrir na notícia um ponto de interesse, de contato, uma brecha que sirva para atrair o espírito do leitor”. (AMARAL, Luiz, 1978, p.42) Para o autor, na hierarquia de assuntos de interesses do leitor estão os enredos que envolvam ele diretamente, que afetem seu trabalho, sua vida, seguidos de fatos que envolvam pessoas próximas e conhecidas. O sexo, a morte e o destino, por possuírem uma carga muito forte de emoção, são os temas que mais emocionam e prendem o leitor.

No Brasil, a imprensa surgiu por volta de 1890. Logo nasce a tendência da transformação da empresa jornalística em fonte de lucro. O pioneiro *Jornal do Brasil* e o *Correio da Manhã*, criado logo depois, já surgiram nessa nova realidade estruturados como empresas, visando a lucratividade. José do Patrocínio inovou com *Cidade do Rio*, que já se voltava para o gosto do leitor, diferentemente da produção jornalística feita anteriormente em que a política pautava as decisões.

Segundo a autora Cremilda de Araújo Medina⁹, é neste cenário que surge o “jornal noticioso”, dando espaço para o sensacionalismo logo depois e para o nascimento da crônica esportiva, policial e social.

Uma das particularidades marcantes da imprensa dos países desenvolvidos, ou em vias de desenvolvimento, é, como já tivemos a oportunidade de acentar, a valorização exagerada do fato policial. Na ausência de outros assuntos suscetíveis de sensibilizar determinada faixa da massa de leitores, os veículos de informação buscam nos acontecimentos das delegacias e distritos policiais aquilo que é capaz de despertar a curiosidade e sentimentalidade fáceis dessas áreas da população, transformando o que deveria ser simples registro em prato de resistência de suas páginas. (MEDINA, Cremilda 1969, p.91)

Cremilda acredita que esse interesse pela editoria de polícia surge da própria natureza

⁸ AMARAL, Luiz. *Jornalismo: Matéria de Primeira Página*. Rio de Janeiro: Ed. Tempo Brasileira Edições, 1978.

⁹ CREMILDA, de Araújo Medina. *Técnica de Jornal e Periódica*. Rio de Janeiro: Ed. Tempo Brasileiro, 1969.



do trabalho jornalístico – o assunto deve interessar a um grande número de pessoas. Aqueles ingredientes com que os homens se identificam estão mais presentes no fato policial que tem uma carga emocional muito grande. É a relação dos homens entre si, acompanhada de “dinheiro, sexo, crime, sangue – arrastando com elas outras tantas palavras que, à sua enunciação, despertam o mais fundo da alma humana”.

O estudo da sociologia e da história da imprensa no país, bem como o conceito de notícia, não deixam dúvidas quanto ao interesse do leitor, espectador ou interlocutor por fatos que envolvem violência. Nem deixam dúvida, ainda, sobre a influência sócio-econômica na definição do conceito de notícia. Mas nem mesmo esses elementos são suficientes para responder para definir o “tamanho” do espaço que cada fato merece ter na imprensa. Mais ainda, quem e o que define que jovens que matam os pais e crianças arremessadas de janelas são a tendência da sociedade.

A cobertura maciça de casos na imprensa e o seu desdobramento, apontando e destacando vários fatos de enredos parecidos, remetem à sensação de, no período em que são noticiados, contágio. Verificamos que há períodos em que alunos atiram em seus colegas em escolas americanas, que pais abandonam seus bebês em rios ou mesmo que pais seqüestram seus filhos por anos, impedindo-os de viver a vida em sociedade.

Ao noticiar fatos parecidos, em conjunto, em bloco, a mídia reflete uma idéia errônea à sociedade de que os acontecimentos são estáticos e de que há uma combinação de fatores que levam a, naquele momento, um determinado tipo de violência acontecer.

REFERÊNCIAS

- DAMASCENO, Diana. Caderno de Cultura do Instituto de Ações Sociais da UniverCidade, p.86. Rio de Janeiro: Ed. UniverCidade, 2003.
- COSTA, Jurandir Freire. A Ética e o Espelho da Cultura. Rio de Janeiro: Ed. Rocco, 1994.
- ARENDT, Hannah. A Condição Humana. Rio de Janeiro: Ed. Companhia das Letras, 1995.
- AMARAL, Luiz. Jornalismo: Matéria de Primeira Página. Rio de Janeiro: Ed. Tempo Brasileira Edições, 1978.
- CREMILDA, de Araújo Medina. Técnica de Jornal e Periódica. Rio de Janeiro: Ed. Tempo Brasileiro, 1969.